



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
**16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
Rodovia BR 116 – Km 06. Cajazeiras  
60864-190 – Fortaleza /CE  
Fone: (0XX)85 3295.3022

**T O M A D A   D E   C O N T A S**  
**E X E R C Í C I O   2 0 0 7**

**U n i d a d e   G e s t o r a :   2 0 0 1 1 2**

## ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2007

### Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

<b>ÓRGÃO/ENTIDADE</b> <b>16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL - CEARÁ</b>		<b>RECURSOS GERIDOS (art. 3º, §2º DN)</b>
<b>RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS</b> <b>(art. 14, IN/TCU 47/2004)</b>		<b>LOCALIZAÇÃO</b> <b>(Volume / fls.)</b>
<b>1. UNIDADE</b>		
I. Declaração do dirigente máximo da unidade jurisdicionada sobre a fidedignidade de informações constantes do rol de responsáveis, contidas em banco de dados informatizados.		01/04
II. Relatório de Gestão com os conteúdos do Anexo II apresentados em títulos específicos, destacando a localização dos itens abaixo discriminados		01/11
• Demonstrativo sintético de TCE, conforme indicado no item 14 do Anexo II		Não se aplica
• Demonstrativo relacionando TCE, conforme indicado no item 12 do Anexo II		Não se aplica
• Demonstrativo contendo informações de danos ressarcidos, conforme indicado no item 13 do Anexo II		Não se aplica
III. Informações contábeis		01/70
• Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as informações constantes do SIAFI		01/71
• Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos		Não se aplica
IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas		01/73
V. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão		Não se aplica
• Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção		01/74
<b>LOCAL/DATA</b> 29 de fevereiro de 2007	<b>ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL</b>	
<b>2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO</b>		
VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente		
VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente		
<b>SITUAÇÃO</b>		
1 ( <input type="checkbox"/> ) A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 14 da IN/TCU 47/2004 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII da DN/TCU __/200__, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.		
2 ( <input type="checkbox"/> ) Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 47/2004 e pela DN/TCU __/200__, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:		
_____		
_____		
_____		
<b>LOCAL/DATA</b>	<b>ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL</b>	
<b>3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO</b>		
IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente		
<b>LOCAL/DATA</b>	<b>ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL</b>	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
Departamento de Polícia Rodoviária Federal  
16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal  
**Gabinete do Superintendente**

**Declaração Rol de Responsáveis**

Declaro para fins do disposto no § 1º do Art. 5º da Decisão Normativa TCU nº 85/2007, que as informações sobre rol de responsáveis desta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contida em banco de dados informatizado, são fidedignas, exceto no tocante às ressalvas a seguir indicadas, sobre as quais tomei as providências especificadas obtendo os seguintes resultados:

Ressalva	Providências	Resultados
O Rol de responsáveis não foi atualizado em data exequível.	Foram efetuadas gestões junto às áreas envolvidas e definidas as responsabilidades de cada Seção, na alimentação via sistema.	Foram elaborados em anexos, formulários com os afastamentos do exercício de 2007, expondo situação efetiva desta unidade naquele período.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Fortaleza, 29 de fevereiro de 2008.

**Ubiratan Roberto de Paula**  
Superintendente Regional



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
**16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
Rodovia BR 116 – Km 06. Cajazeiras  
60864-190 – Fortaleza /CE  
Fone: (0XX)85 3295.3022

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

**2007**

**DIREÇÃO NACIONAL**

**HÉLIO CARDOSO DERENE**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL**

**UBIRATAN ROBERTO DE PAULA**

# SUMÁRIO

1 - IDENTIFICAÇÃO .....	13
2 - RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL .....	21
3 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO .....	27
4 - GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES .....	30
5 - DESEMPENHO OPERACIONAL .....	46
ANEXO A - DEMONSTRATIVOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS .....	56
ANEXO B - DEMONSTRATIVOS DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES .	57
ANEXO C - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO .....	58
ANEXO D - RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE .....	59
<i>D.1. Sistema de Controle Interno - Controladoria Geral da União .....</i>	<i>59</i>
<i>D.2. Tribunal de Contas da União .....</i>	<i>63</i>
ANEXO E - TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS .....	68
ANEXO F - ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, ADMISSÃO E DESLIGAMENTO .....	69

## **1. Identificação da Unidade.**

Nome completo da Unidade Regional: <b>16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/Ceará – 16ª SPRF/CE</b>
Natureza Jurídica: <b>Unidade Descentralizada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal</b>
Vinculação Ministerial: <b>Ministério da Justiça</b>
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional: <b>Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de dezembro de 2007, do senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.</b>
CNPJ: <b>00.394.494-0107-94</b>
Código e nome da Unidade utilizado no SIAFI: <b>200112 – 16ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal</b>
Endereço completo da Sede: <b>Rodovia BR 116 – Km 06, bairro Cajazeiras, Fortaleza/CE, CEP: 60864-190.</b>
Endereço da página institucional na Internet: <a href="http://www.dprf.ce.gov.br">www.dprf.ce.gov.br</a>
Situação da unidade quanto ao funcionamento: <b>Em pleno funcionamento</b>
Função de governo predominante: <b>Segurança Pública</b>
Tipo de atividade: <b>Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização</b>

## **1.1. Identificação das Unidades Descentralizadas – Delegacias e Postos:**

### **1.1.1. Unidade Regional:**

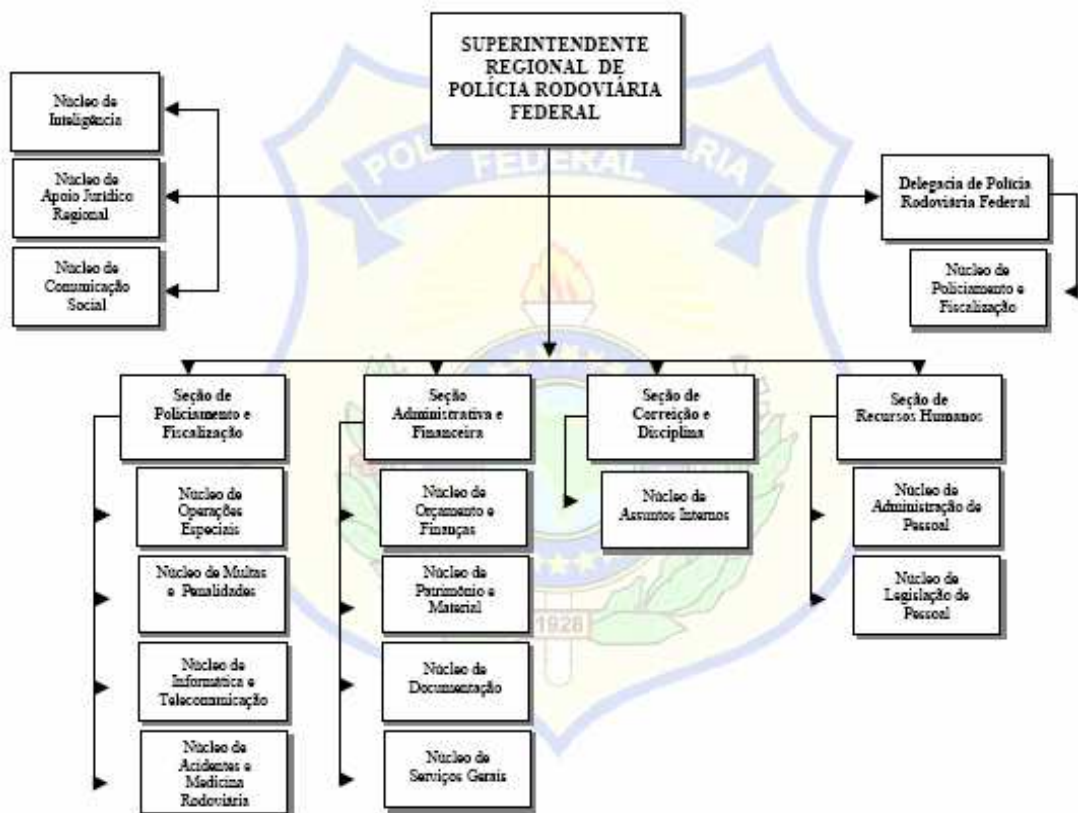
16ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Ceará  
UG 200112

### **1.1.2. Equipe Administrativa:**

- a) Superintendente: Ubiratan Roberto de Paula
  
- b) Superintendente Substituto: Agildenor Leite Gomes
  
- c) Seção de Policiamento e Fiscalização: Stênio Pires Benevides
  
- d) Seção Administrativa e Financeira: Agildenor Leite Gomes
  
- e) Seção de Correição e Disciplina: Wilton Mourão Torquato
  
- f) Seção de Recursos Humanos: André Teles de Menezes Almeida
  
- g) Núcleo de Inteligência: Eldir de Campos Carvalho Filho
  
- h) Núcleo de Apoio Jurídico Regional: José Maria Melo e Silva
  
- i) Núcleo de Comunicação Social: Tereza Cristina Lima de Oliveira
  
- j) Chefe de Delegacia:
  - Caucaia/CE  
Francisco Antonio Sales de Sousa
  
  - Canindé/ CE  
Francisco Wagner Alves Barbosa
  
  - Russas/ CE  
João de Paula Fernandes Vieira
  
  - Sobral/ CE  
Manoel Mota Diniz
  
  - Icó/ CE  
João Miceno Marque de Lima

### 1.1.3. Estrutura Organizacional da Unidade:

#### SUPERINTENDENTE REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL





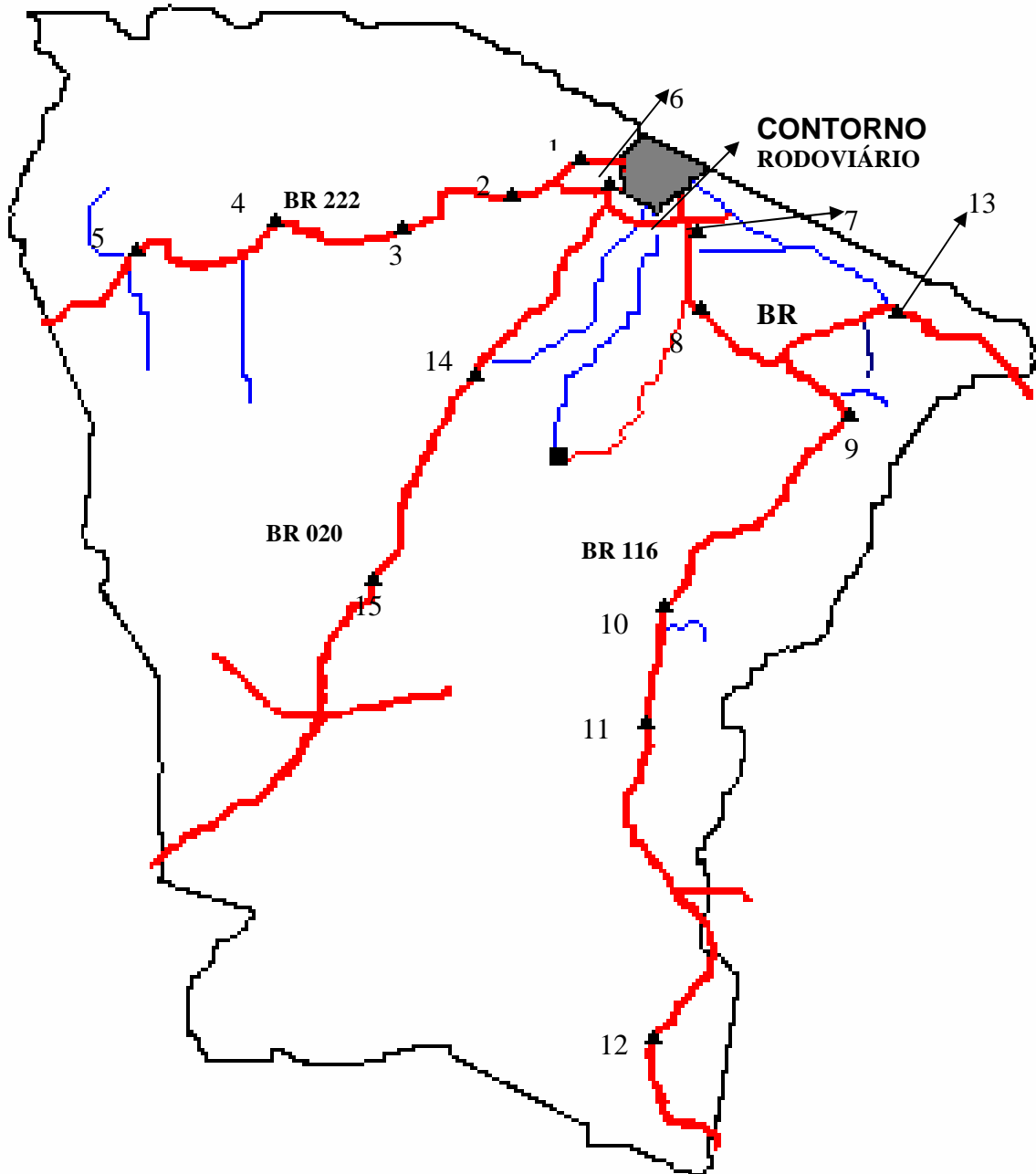
#### 1.1.4. Circunscrição da Regional:

a) Abrangência territorial da Unidade Regional: Ceará

b) Malha viária: BR's 020, 116, 222 e 304, totalizando 1.790 Km.

#### IV. Descrição da Unidade Regional:

##### POSTOS FIXOS DE FISCALIZAÇÃO DA PRF/CE



##### PF = POSTO FIXO

PF 1 - Caucaia (desativado)  
PF 3 - Irauçuba  
PF 5 - Tianguá  
PF 7 - Messejana (desativado)  
PF 9 - Russas  
PF 11- Icó  
PF 13- Aracati  
PF 15- Boa Viagem

PF.2 - Croatá  
PF 4 - Sobral  
PF 6 - Campo Grande  
PF 8 - Chorozinho  
PF 10- Jaguaribe  
PF 12- Milagres  
PF.14- Canindé  
PF 16- Boísa

## 1.1.5. RELAÇÃO DE DELEGACIAS E POSTOS FIXOS DA 16ª SPRF/CE COM RESPECTIVA JURISDIÇÃO

### CENTRAL DE INFORMAÇÕES

ENDEREÇO : BR 116 Km 06, S/N - CAJAZEIRAS  
LOCALIDADE : FORTALEZA  
MUNICÍPIO : FORTALEZA  
CEP : 60.864-190  
TELEFONES : (085) - 295-3022; 295-3472; 295-4286;  
295-4273; 295-4286; 295-4794; 1527;  
295-3591 (direto)

### 1ª DELEGACIA – CAUCAIA

CHEFE : INSP. FRANCISCO ANTONIO SALES DE SOUSA  
ENDEREÇO : BR 020 Km 402, S/N  
LOCALIDADE : CAMPO GRANDE  
MUNICÍPIO : CAUCAIA  
TELEFONE : (085) 213-0137  
FAX : (085) 213 0131  
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 116 DO KM 000 ATÉ KM 050 (PACAJUS)  
: BR 020 DO KM 405 ATÉ KM 356 (LAGOA DO JUVENAL)  
: BR 222 DO KM 000 ATÉ KM 122 (ITAPAGÉ)

### POSTO – MESSEJANA

ENDEREÇO : BR 116 KM 14  
LOCALIDADE : MESSEJANA  
MUNICÍPIO : FORTALEZA  
TELEFONE :  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 KM 000 ATÉ KM 050 (HORIZONTE)  
OBS.: POSTO DEMOLIDO COM RECONSTRUÇÃO PREVISTA PRA O KM 019 DA BR 116.

### POSTO – CROATÁ

ENDEREÇO : BR 222 KM 060  
LOCALIDADE : CROATÁ  
MUNICÍPIO : CROATÁ  
TELEFONE : 085 340-1029  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 222 KM 040 ATÉ KM 122 (ITAPAGÉ)

### POSTO - CAMPO GRANDE

ENDEREÇO : BR 222 KM 012  
LOCALIDADE : CAMPO GRANDE  
MUNICÍPIO : CAUCAIA  
TELEFONE : (085) 213-1520  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 020 –CONTORNO RODOVIÁRIO : BR 222 KM 000 ATÉ KM 040

### POSTO - BOÍSA

ENDEREÇO : BR 020 KM 371  
LOCALIDADE : MARANGUAPE  
MUNICÍPIO : MARANGUAPE  
TELEFONE : (085) 342.7373  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 020 KM 405 ATÉ KM 367 (LAGOA DO JUVENAL)

### 2ª DELEGACIA - CANINDÉ

CHEFE : INSP. FCO WAGNER ALVES BARBOSA  
ENDEREÇO : BR 020 Km 304  
LOCALIDADE : PALESTINA  
MUNICÍPIO : CANINDÉ  
TELEFONE : (085) 343-1309  
FAX : (088) 343-1320  
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 020 DO KM 356 (LAGOA DO JUVENAL) ATÉ KM ZERO (DIVISA  
CE/PI)

### POSTO - CANINDÉ

ENDEREÇO : BR 020 Km 310  
LOCALIDADE : CANINDÉ  
MUNICÍPIO : CANINDÉ  
TELEFONE : (085) 343-2042  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 020 DO KM 366 (LAGOA DO JUVENAL) ATÉ KM 255

**POSTO - BOA VIAGEM**

ENDEREÇO : BR 020 Km 208  
LOCALIDADE : BOA VIAGEM  
MUNICÍPIO : BOA VIAGEM  
TELEFONE : (088) 427-1159  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 020 DO KM 255 ATÉ KM 000 (DIVISA CE/PI)

**3ª DELEGACIA – RUSSAS**

CHEFE : INSP. JOÃO DE PAULA FERNANDES VIEIRA  
ENDEREÇO : AV GOV. RAUL BARBOSA, 502-ALTO DA BELA VISTA  
LOCALIDADE : RUSSAS  
MUNICÍPIO : RUSSAS  
TELEFONE : (088) 411-2570  
FAX : (088) 411-2570  
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 116 DO KM 050 ATÉ KM 250 (SOMBRIO)  
: BR 304 DO KM 000 ATÉ KM 099 (DIVISA CE/RN)

**POSTO – CHOROZINHO**

ENDEREÇO : BR 116 Km 069  
LOCALIDADE : TRIÂNGULO DE QUIXADÁ  
MUNICÍPIO : CHOROZINHO  
TELEFONE : (085) 319-1235  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 050 ATÉ KM 112

**POSTO – ARACATI**

ENDEREÇO : BR 304 Km 053  
LOCALIDADE : ARACATI  
MUNICÍPIO : ARACATI  
TELEFONE : (088) 421-1090  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 304 DO KM 000 ATÉ KM 099 (DIVISA CE/RN)

**POSTO – RUSSAS**

ENDEREÇO : BR 116 Km 158  
LOCALIDADE : RUSSAS  
MUNICÍPIO : RUSSAS  
TELEFONE : (088) 411-0290  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 112 ATÉ KM 250 (SOMBRIO)

**4ª DELEGACIA – SOBRAL**

CHEFE : INSP. FRANCISCO ANTÔNIO SALES DE SOUSA  
ENDEREÇO : AV FERNANDES TÁVORA, S/N - SINHA SABÓIA  
LOCALIDADE : SOBRAL  
MUNICÍPIO : SOBRAL  
TELEFONE : (088) 614-3133  
FAX : (088) 614-3044  
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 222 DO KM 122 ATÉ KM 347 (DIVISA CE/PI)

**POSTO – IRAUÇUBA**

ENDEREÇO : BR 222 KM 153  
LOCALIDADE : IRAUÇUBA  
MUNICÍPIO : IRAUÇUBA  
TELEFONE : (088) 635-1195  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 222 KM 122 ATÉ KM 197

**POSTO – SOBRAL**

ENDEREÇO : BR 222 KM 224  
LOCALIDADE : SOBRAL  
MUNICÍPIO : SOBRAL  
TELEFONE : (088) 614-3310  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 222 KM 197 ATÉ KM 280

**POSTO – TIANGUÁ**

ENDEREÇO : BR 222 KM 314  
LOCALIDADE : TIANGUÁ  
MUNICÍPIO : TIANGUÁ  
TELEFONE : (088) 671-1611  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 222 KM 280 ATÉ KM 347 (DIVISA CE/PI)

**5ª DELEGACIA – ICÓ**

CHEFE : INSP. JOÃO MICENO MARQUE LIMA  
ENDEREÇO : RUA ILÍDIO SAMPAIO, 2036 - CENTRO  
LOCALIDADE : CENTRO  
MUNICÍPIO : ICÓ  
TELEFONE : (088) 561-1279  
FAX : (088) 561-1311  
JURISDIÇÃO DA DELEGACIA : BR 116 DO KM 250 ATÉ KM 554 DIVISA CE/PE)

**POSTO – JAGUARIBE**

ENDEREÇO : BR 116 Km 296  
LOCALIDADE : PITOMBEIRA  
MUNICÍPIO : JAGUARIBE  
TELEFONE : (088) 522-1775  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 254 ATÉ KM 336

**POSTO – ICÓ**

ENDEREÇO : BR 116 Km 368  
LOCALIDADE : ICÓ  
MUNICÍPIO : ICÓ  
TELEFONE : (088) 561-1829  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 336 ATÉ KM 421

**POSTO – MILAGRES**

ENDEREÇO : BR 116 Km 487  
LOCALIDADE : MILAGRES  
MUNICÍPIO : MILAGRES  
TELEFONE : (088) 553-1400  
JURISDIÇÃO DO POSTO : BR 116 DO KM 421 ATÉ KM 554

### **1.1.6. Apresentação**

O Relatório de Gestão é instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a Norma de Execução nº 05, de 28 de dezembro de 2007, aprovada pela Portaria CGU nº 1.950/2007, com a Instrução Normativa TCU nº 47/2004 e a Decisão Normativa TCU nº 85/2007, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2007.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2007 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo:

*0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais,*

*1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e*

*0750 – Apoio Administrativo,* no exercício de 2007. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim, o impacto alcançado em função das ações desempenhadas.

Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão. base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2007 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA 2007 e os relatórios de atividade das diversas áreas desta Regional. Essa perspectiva macro e com acompanhamento setorializado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações emanadas do DPRF, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

UBIRATAN ROBERTO DE PAULA  
Superintendente Regional

## **2. Responsabilidade Institucional**

### **2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas**

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a conseqüência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida

que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de praticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem

como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Ao longo de 2007, a 16ª SPRF desenvolveu trabalhos em diversas frentes de atuação que repercutiram na garantia da segurança nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes, combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A PRF, por meio do policiamento ostensivo de ronda nos 1.790km de rodovias federais, desenvolveu ações de fiscalização em pontos críticos e assistência e socorro a vítimas de acidentes de trânsito.

2007 ficará marcado com um dos anos mais violentos da última década na questão de acidentes de trânsito. A imprudência foi a principal causa dos acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências aconteceram em pistas com boas condições de trafegabilidade. Cálculos baseados em estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que o prejuízo com acidentes nas rodovias federais em 2007 custou ao Brasil R\$ 10,6 bilhões.

Apesar da intensificação da fiscalização por parte da PRF, com aumento de aproximadamente 31% das multas por excesso de velocidade em relação à 2006, um aumento de cerca de 31 % do número de flagrantes de alcoolemia ao volante e um número expressivo de 83.671 autuações contabilizadas em rodovias federais, não se conseguiu reduzir o número de acidentes em 2007. Em 2008, o planejamento é intensificar mais ainda a fiscalização, focando o policiamento nos trechos de rodovias mais críticos em ocorrências de acidentes e mortes.

Entre os fatores conjunturais que contribuíram para o aumento dos acidentes de trânsito nas rodovias destacam-se: a crise aérea, que aumentou o tráfego em rodovias nos feriados prolongados, a explosão de vendas de veículos automotores, alavancada pelas baixas taxas de juros e pela dilatação dos prazos de financiamento, colocando em circulação um incremento de quase 10% da frota existente veículos, o que abarrotou as estradas federais, assim como foi verificada uma explosão demográfica às margens de nossas principais rodovias, aumentando consideravelmente a probabilidade de acidentes e, por último, a melhoria das condições das rodovias, reforçando paradoxo de que quanto melhores as rodovias, elevam-se de forma exponencial os acidentes devido ao excesso de velocidade.

A Polícia Rodoviária Federal, plenamente integrada ao RENAINF em 2007 (banco de dados que integra todos os DETRANs do país), pôs fim à impressão de impunidade que existia nas rodovias brasileiras. Desde o Carnaval, os motoristas infratores flagrados pela PRF recebem suas multas em qualquer lugar do país. Quem não paga, não licencia o veículo.

Foram realizadas inúmeras operações especiais de combate ao crime nas rodovias federais, tendo como resultado a apreensão de 46 kg. de cocaína, 560 kg. de maconha, detenção de 21 pessoas por tráfico de entorpecentes e apreensão de 46 armas de fogo.

Como defensora do meio ambiente, a PRF também mostrou empenho em ações conjuntas com o Ibama. Quase 1 mil m<sup>3</sup> de madeira extraída de forma irregular foram apreendidas durante o ano, 46 m<sup>3</sup> de carvão vegetal. Mais de 135 animais silvestres, entre aves raras e mamíferos em extinção, foram descobertos pela Polícia Rodoviária Federal em compartimentos cada vez mais criativos e cruéis, inclusive dentro de pneus estepes, no interior da lataria dos veículos, e em compartimentos sem nenhum tipo de ventilação.

Por mais um ano, a Polícia Rodoviária Federal combateu sistematicamente a exploração sexual de crianças e adolescentes às margens das rodovias. Durante o ano, a PRF retirou 05 crianças e adolescentes de áreas de risco.



A seguir, apresenta-se quadro comparativo das apreensões de 2006 e 2007 onde se verifica a eficácia e eficiência das ações

<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME</b>				
<b>ITEM</b>	<b>Qtd.</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>Varição</b>
Pessoas Detidas	Unid.	19.433	23.716	22,04%
Maconha	Ton.	46,63	43,92	-5,81%
Cocaína	kg.	3.105,43	4.241,90	36,60%
Haxixe	esfera	66.603	114.495	71,91%
Crack	kg.	185,22	295,45	59,51%
CD/DVD's	Unid.	7.526.548	5.812.365	-22,78%
Cigarros	Pct.	2.752.599	3.370.815	22,46%
Combustíveis	litro	181.402	264.185	45,64%
Informática	Unid.	129.163	122.881	-4,86%
Eletrônicos	Unid.	273.335	334.173	22,26%
Medicamentos	Unid.	310.320	322.601	3,96%
Armas	Unid.	1.474	1.720	16,69%
Munições	Unid.	117.204	90.317	-22,94%
Animais Silvestres	Unid.	14.051	11.124	-20,83%
Madeira	m <sup>3</sup>	295.048	99.245	-66,36%
Trabalhador libertado	Unid.	662	533	-19,49%
Veículos recuperados	Unid.	3.593	3.644	1,42%
Veículos Fiscalizados	Unid.	7.016.108	7.029.771	0,19%
Flagrantes de Infrações	Unid.	1.634.318	2.078.606	27,18%

Em seguida apresentamos quadro comparativo dos resultados de 2006 e 2007 onde se verifica o aumento do índice de acidentes/mortos/feridos nas rodovias federais. Contudo vale ressaltar que o referido índice não leva em consideração outros fatores, tais como número de novos habilitados, condições da via, etc...

<b>INDICE DE ACIDENTES</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
<b>Total Acidentes</b>	108.509	109.262	122.985
Frota Nacional	42.071.961	45.372.640	49.228.783
Acidente/10.000 veic	26	24	25
Varição do Índice		-6,27%	3,35%
<b>Mortos</b>	6.268	6.114	6.840
Mortos/1.000.000 veic	149	135	139
Varição do Índice		-9,21%	2,72%
<b>Feridos</b>	65.339	66.041	75.006
Feridos/1.000.000 veic	1.553	1.456	1.524
Varição do Índice		-6,25%	4,64%

Fonte: Relatório Operacional Diário- ROD ( Ano 2005,2006 e 2007)

PARA CADA 10.000 VEÍCULOS							
ANO	VEÍCULOS	ACIDENTES	FERIDOS	MORTOS	ACIDENTES	FERIDOS	MORTOS
1997	539.846	2571	1550	244	47,62%	28,71%	4,52%
1998	590.774	2509	1512	213	42,47%	25,59%	3,61%
1999	572.820	2440	1523	196	42,60%	26,59%	3,42%
2000	633.871	2208	1418	161	34,83%	22,37%	2,54%
2001	698.614	1847	1283	156	26,44%	18,36%	2,23%
2002	766.006	2083	1397	174	27,19%	18,24%	2,27%
2003	829.593	1743	1206	133	21,01%	14,54%	1,60%
2004	891.307	1543	1124	171	17,31%	12,61%	1,92%
2005	961.946	1683	1304	151	17,50%	13,56%	1,57%
2006	1.055.338	2020	1651	160	19,14%	15,64%	1,52%
2007	1.180.066	2267	1650	192	19,21%	13,98%	1,63%

2007 também foi um ano de grandes investimentos para a PRF, no que diz respeito à modernização da infra-estrutura do órgão, graças ao crédito extraordinário de R\$ 28.000.000,00, concedido ao DPRF no final do ano.

Foram adquiridos diversos veículos e equipamentos que melhorarão o desempenho dos policiais nas atividades rotineiras, possibilitando que os mesmos trabalhem motivados para o cumprimento da missão institucional da PRF.

As viaturas são o principal instrumento de trabalho do policial rodoviário federal, e devido ao grande uso, os veículos são depreciados em menos de quatro anos, sendo necessário um plano contínuo de aquisição de novas viaturas, sob pena de diminuição da capacidade operacional e aumento exponencial dos gastos com manutenção de veículos. Em 2007 foram destinadas à 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, 12 (doze) veículos, visando otimizar o trabalho operacional e como consequência diminuir os custos com a manutenção da frota, conforme quadro abaixo:

DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS	QUANTIDADE
<b>L200</b>	<b>03</b>
<b>BLAZER</b>	<b>01</b>
<b>ASTRA</b>	<b>08</b>

As instalações físicas e edificações que compõem o acervo patrimonial do DPRF são originárias do extinto DNER, cujas datas de construção obedeciam a padrões arquitetônicos das décadas de 60 e 70, estando por demais ultrapassados os conceitos de ergonomia e estruturação física. Neste sentido a 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, através do planejamento eficaz e enxuto tem conseguido junto ao DPRF descentralização de recursos para obras e reformas, visando proporcionar ao PRF da área finalística uma melhor condição de desempenho laboral.

Em 2007, em virtude de gestões inúmeras desta Regional junto ao DPRF, foi possível contratar a reforma de espaço para abrigar o canil da 16ª SPRF, que era uma antiga reivindicação desta Regional, a casa de força para dotar a rede espelho de uma maior eficiência energética e a construção de um reservatório/ chafariz no posto de fiscalização de Tianguá, visando otimizar através da economia de água o gerenciamento da despesa desta regional.

A Tecnologia da Informação é primordial nas atividades rotineiras de policiamento e fiscalização, pois através do uso da rede de dados é possível identificar indivíduos com mandatos de prisão em aberto, averiguar dados de veículos suspeitos, além de cadastrar acidentes e multas em tempo real. Para realização dessas atividades, a PRF mantém uma extensa rede de dados interligando todos os postos, delegacias, superintendências e sede do departamento.

O ano de 2007 ficará marcado pelo início do projeto Sistemas de Tecnologia Integradas, com a aquisição de 36 computadores de mão ( PDA's), com acesso a internet e aos bancos de dados de trânsito e segurança pública ( RENAINF, INFOSEG), o que possibilitará ao policial consultar em campo, indivíduos e veículos, agilizando a fiscalização, bem como a realização de notificações em meio eletrônico, reduzindo a incidência de erros no preenchimento dos autos de infração.

Destaca-se, ainda em 2007, a aquisição de diversos equipamentos de informática, tais como, impressoras a laser, nobreak's, computadores, servidores de rede, grupo gerador, entre outros, além de aquisição de rádios portáteis e móveis, renovando o parque computacional da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Através destas ações de modernização, a PRF pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

### 3. Estratégias de Atuação

Os principais objetivos definidos para 2007 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas

#### **Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias**

##### **Estratégia 1:** Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito, é de que a presença da viatura na rodovia, inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos, e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias.

Utilizou-se para isso o expediente do cartão programa, que é um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão. No cartão programa consta em quais trechos da rodovia a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos. O planejamento do cartão programa é feito pelo chefe de delegacia que, através do banco de dados da PRF, o DATATRAN, verifica os trechos com maior incidência de acidentes e criminalidade, programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto, no decorrer da semana.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que impactaram o atingimento das metas estabelecidas:

##### **Falta de efetivo:**

Diversos postos possuem apenas dois policiais de plantão, como é necessário um policial no posto para atendimento ao público e atendimento de chamadas emergenciais, permanece apenas um policial para fazer o serviço de ronda e fiscalização em pontos fixos, o que é altamente inseguro e desaconselhável, por questão de segurança. Dessa forma, nos postos onde o efetivo é reduzido, o serviço de ronda é prejudicado, e os policiais se concentram em operações em frente ao posto, não utilizando o cartão programa, deixando de fiscalizar os pontos críticos nas rodovias.

Um outro aspecto observado foi a relação quilômetro fiscalizado por posto. Foi verificado que uma grande quantidade de postos tem como competência fiscalizar mais de 230 km de rodovias, quando o ideal era fiscalizar no máximo 100 km, pois, nesse caso, a viatura levaria em média uma hora para atender a uma ocorrência no local mais distante do posto. Nestes postos, com grande malha rodoviária para fiscalizar, verificou-se também que não havia efetivo suficiente para criação de várias rondas para serem distribuídas nos pontos críticos mais distantes do posto, tendo como consequência a não fiscalização dos pontos críticos distantes do posto.

É de ressaltar que uma parcela razoável de policiais do quadro, encontram-se realizando atividades administrativas, na sede central e no plantão da Regional e nas delegacias. Para sanar este problema a 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal tem feito gestão junto ao DPRF e esse ao Ministério do Planejamento para autorização de concurso para servidores administrativos (administradores, engenheiros, contadores, médicos, analistas de sistema, técnicos administrativos, etc) porém, ainda não se conseguiu o atendimento desta demanda. A contratação de servidores administrativos, liberaria um contingente significativo de policiais para atuarem novamente nas pistas, suprimindo em parte, a carência de efetivo.

##### **Recursos insuficientes para aquisição de combustíveis e manutenção de viaturas:**

Devido às restrições orçamentárias na LOA 2007, a estimativa inicial era de que os recursos para aquisição de combustíveis eram suficientes somente até o mês de outubro, neste sentido, foi solicitado crédito suplementar para atender a esta demanda, e orientado a todas as regionais

inclusive a 16<sup>a</sup> SPRF, que reduzissem os gastos com combustíveis, o que gerou a diminuição da realização de rondas nas rodovias, utilizando-se as viaturas para deslocamentos, prioritariamente em casos de acidentes. Em 31/08/2007 foi liberado crédito suplementar ao DPRF, o que possibilitou retornar ao andamento normal das operações com as viaturas.

### **Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas**

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas. Grande parte dos acidentes acontecem por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema, é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT, que deverá priorizar a aquisição deste equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes.

### **Estratégia 2: Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes**

A utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em trechos críticos. Nesses trechos, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e consequente colisão com automóveis, principalmente em períodos chuvosos. Em 2007, houve a efetiva utilização dos equipamentos adquiridos ao final de 2006.

### **Reforço nas ações de combate à criminalidade**

#### **Estratégia 1: Capacitar mais policiais nas ações de combate a criminalidade**

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate a criminalidade é a capacitação do policial, isto lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2007, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o curso de combate ao crime ministrado para os policiais desta Regional que participaram da segurança dos Jogos Pan-americanos.

### **Modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas**

#### **Estratégias 1: Conclusão da reforma de postos de fiscalização da 16<sup>a</sup> Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.**

A melhoria das instalações físicas dos postos, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

#### **Dificuldades:**

1- Recursos ordinário insuficiente para atender as várias necessidades de reformas;

Devido às limitações orçamentárias, as obras de reforma, com o recurso ordinário, foram exclusivamente as que foram licitadas ao final de 2006 e não haviam sido empenhadas no prazo fixado. As novas demandas de 2007, ficaram reprimidas.

## **Estratégia 2:** Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso, é aconselhável a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante as rondas/perseguições. Como em média, existem 130 viaturas em funcionamento, o ideal seria a substituição de pelo menos 25% destes veículos por ano.

Dificuldades:

### 1-Emendas parlamentares contingenciadas

A emenda parlamentar para compra de viaturas, segundo o DPRF, ficou contingenciada até o mês de dezembro. As viaturas adquiridas com esse recursos, somente serão entregues em 2008, ano em que se verá o resultado efetivo desta aquisição.

### 2-Recursos insuficientes para reposição de ¼ da frota

A estratégia do DPRF e conseqüentemente, da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, foi parcialmente prejudicada devido às limitações orçamentárias, pois não foi possível substituir ¼ da frota, a fim de diminuir os custos de manutenção (atualmente em R\$ 450.000,00/ano). Porém, em 2007, foram recebidos 12 veículos adquiridos em dezembro de 2006, o que contribuiu para melhorar as atividades de fiscalização.

## **Estratégia 3:** Melhorar a segurança nos Centros de Processamento de Dados

Devido a problemas de picos e interrupções de energia no ambiente dos servidores de rede do CPD, todos os sistemas da 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, podem parar de funcionar, prejudicando o serviço rotineiro do policial na rodovia, tais como: consulta aos bancos de dados de segurança pública e preenchimento dos boletins de ocorrências eletrônico. Neste sentido, é estratégico a melhoria da segurança contra falta e picos de energia, visando preservar os equipamentos, isto foi conseguido pela aquisição de nobreaks, aparelhos de ar condicionado e sensores de temperatura, e também compra de grupo gerador e reforma de espaço pra abrigar este equipamento.

## 4. Gestão das Ações

### 4.1. Programas

#### 4.1.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

##### 4.1.1.1. Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Finalístico
<b>Objetivo Geral</b>	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança público
<b>Gerente do Programa</b>	Hélio Cardoso Derenn
<b>Gerente Executivo</b>	Ricardo Max de Oliveira Pereira –CGPLAM/DPRF
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
<b>Público Alvo</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federa

##### 4.1.1.2. Principais Ações do Programa

**11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal**

**1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal**

**1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação**

1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária

##### 4.1.1.3. Gestão das Ações

###### 4.1.1.3.1. Ação 11MC – Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

###### 4.1.1.3.1.1. Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis a melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
<b>Descrição</b>	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de exercer, efetivamente o poder de polícia nas diversas áreas do país.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação a nível local	<b>Ubiratan Roberto de Paula</b>

#### 4.1.1.3.1.2. Resultados

11MC-0001 – Nacional – 30107 (unidade construída/ ampliada) – Projeto			
	Previsto atual	Realizado	%
Físico	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>100</b>
Financeiro	<b>R\$ 84.148,80</b>	<b>R\$ 84.148,80</b>	<b>100</b>

Com relação à execução do orçamento 2007 para a ação de Construção e Ampliação de Unidades tivemos 100% dos recursos descentralizados efetivamente empenhados. A meta física de atendimento (construção/ampliação) que foi proposta ao DPRF foi aceita e podemos reformar/ construir algumas unidades.

#### 4.1.1.3.1. Ação 1821- Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal

##### 4.1.1.3.1.2. Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, ge
<b>Descrição</b>	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de G
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação a nível local	<b>Ubiratan Roberto de Paula</b>

#### 4.1.1.3.1.3. Resultados

1821-0001 – Nacional – 30107 (unidade reformada) – Projeto			
	Previsto atual	Realizado	%
Físico	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>100</b>
Financeiro	<b>R\$ 68.905,00</b>	<b>R\$ 68.905,00</b>	<b>100</b>

No exercício de 2006, devido à disponibilidade financeira ter sido inferior à prevista na LOA, teve demanda que estava contemplada no planejamento e ficou pendente, ou seja, a obra foi



licitada, mas não contratada porque apesar de haver disponibilidade orçamentária, não houve correspondente disponibilidade financeira, como foi o caso da reforma de espaço para abrigar o canil da 16ª SPRF/CE. Em face desse acontecimento, parte dos recursos disponibilizados para o exercício 2007 ficou comprometida com demanda que deveria ter sido atendida no exercício anterior. Essa demanda pendente do planejamento 2006 foi priorizada em 2007, juntamente com aquelas tidas como emergenciais, o que comprometeu significativamente o planejamento para o exercício 2007.

#### 4.1.1.3.2. Ação 1835 - Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação

##### 4.1.1.3.2.1. Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis
<b>Descrição</b>	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração de Redes
Coordenador nacional da ação	RODNEY LOEFFLER RAMOS PORTILHO
Responsável pela execução da ação a nível local	<b>Ubiratan Roberto de Paula</b>

##### 4.1.1.3.1.3. Resultados

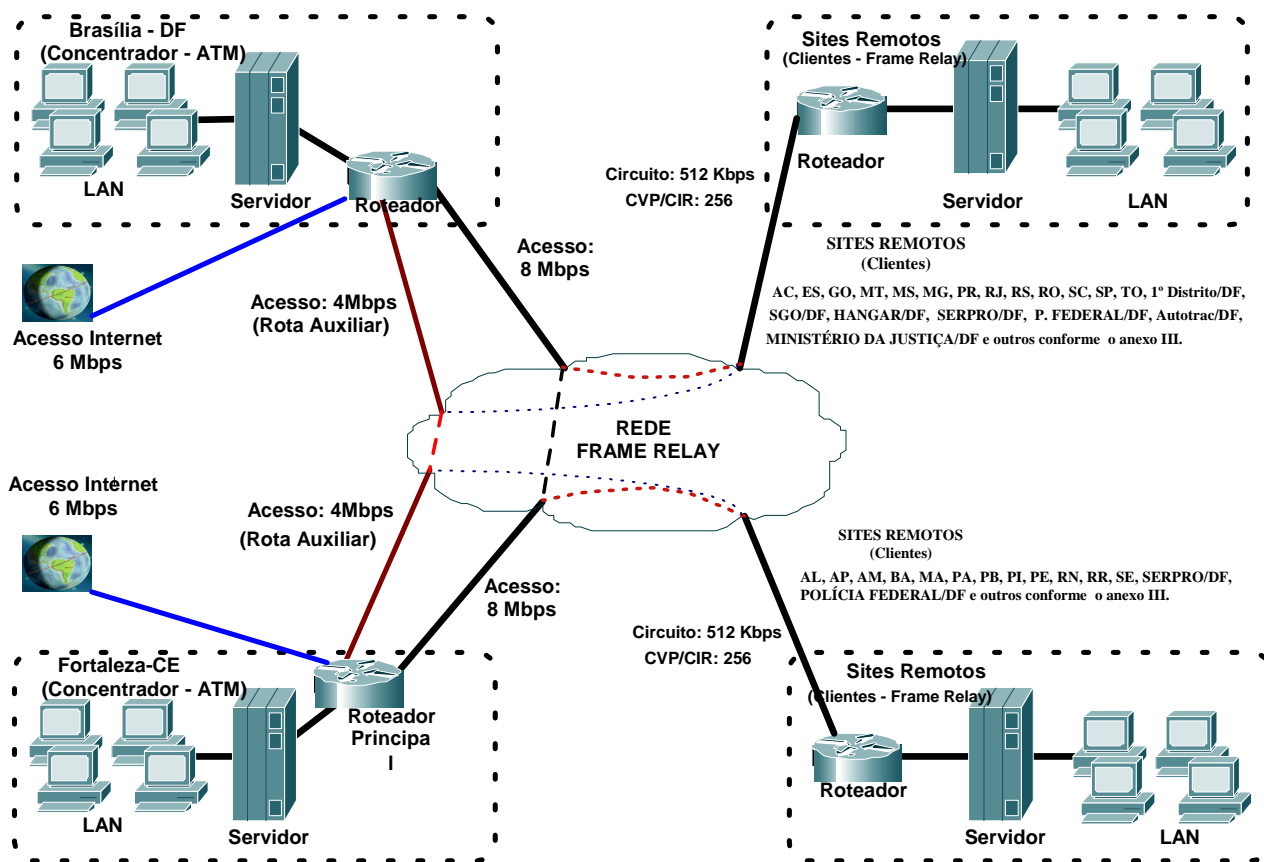
1835-0001 – Nacional – 30107 (unidade provida com os sistema de comunicação reformada) – Projeto			
	Previsto atual	Realizado	%
Físico	<b>DPRF</b>	<b>DPRF</b>	
Financeiro	<b>R\$ 421.679,70</b>	<b>R\$ 421.679,70</b>	<b>100</b>

**A Rede da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL** é constituída de diversos serviços relevantes para a Segurança Pública, tais como: **INFOSEG**, medida em que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pelas Polícias Cíveis, Federais ou pela Justiça Criminal; **BR-Brasil**, ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de Policiamento e fiscalização; **ALERTA**, de auxílio no combate ao

roubo/furto de veículos; **Sistema de Multas**, visando garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em Lei, dentre outros. Todos estes dados somente são integrados e compartilhados por meio da rede da POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, já que os estados não os compartilham entre si, razão pela qual a necessidade de sua implantação.

No ano de 2004, foi feito o contrato da rede de dados, que prevê: 02 (dois) cores, sendo um no Departamento em Brasília/DF e o outro na sede da **16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal /CE**, ambos com saída de internet e entre eles com 02 (dois) links, sendo um principal e um backup, utilizando ATM.

Informo que o referido contrato contempla 02 (dois) links, um principal e um backup, interligando as sedes das Regionais aos cores, conforme topologia abaixo. As Regionais do sul, sudeste, centro-oeste e mais Rondônia e Acre são interligadas ao link principal de Brasília/DF e o backup à **16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/CE**, bem como, as Regionais do norte e nordeste são interligadas ao link principal de **Fortaleza/CE** e o backup a Brasília/DF, utilizando frame-relay.



Vale lembrar, que no ano de 2004, foi iniciado o contrato da rede local que teve continuidade em 2005, 2006 e 2007:

A 16ª SPRF/CE possui rede em 20 pontos de acesso através da rede frame-relay. Sendo que na sede são 125 microcomputadores e 14 nos postos e 10 nas Delegacias.

Na área de radiocomunicação temos contratos para manutenção de torres repetidoras e rádios fixos, além de equipamentos de sinalização (intermitentes e sirenes) e rádios móveis instalados em nossas viaturas.

Foi adquirido 36 PDA's (talões eletrônicos) e 30 impressoras térmicas dando início à execução do Projeto Tecnologia e Sistemas integrados, que traz um grande avanço tecnológico na área fim. Nesse momento trabalhamos para contratar o serviço de conectividade, possibilitando que seja implementado o módulo de consulta através destes equipamentos. Tal projeto visa melhor

atendimento a sociedade no tocante a segurança das pessoas que transitam nas rodovias federais uma vez que os veículos serão pesquisados ainda dentro de uma viatura em ronda, e após confirmadas as irregularidades, estes veículos serão abordados com maior segurança para os Policiais e usuários.

Foram adquiridos ainda, 40 (quarenta) monitores LCD de 17", 04 (quatro) estações de trabalho, 29 (vinte e nove) impressoras laser, 18 (dezoito) no-breaks de 1.2KVa, 06 (seis) servidores, 02 Switches, 25 (vinte e cinco) placas ATA, 62 (sessenta e dois ) telefones IP, 01 rack para servidores e 02 placas E-1. O investimento em tecnologia visa proporcionar ao usuário de nossas rodovias melhor acesso às informações e rapidez na feitura das ocorrências inerentes às atribuições da área fim;

#### **4.1.2. Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais**

##### 4.1.2.1. Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Finalístico
<b>Finalidade</b>	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Alvarez Simões Filh
Responsável pela execução da ação a nível local	<b>Ubiratan Roberto de Paula</b>

##### 4.1.2.2. Principais Ações do Programa

**2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal**

**2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais**

2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF

**2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal**

**2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal**

**4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais**

**4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais**

**4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

**4641 Publicidade de Utilidade Pública**

86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal

#### 4.1.2.3.1. AÇÃO: 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal

##### 4.1.2.3.1.1. Dados Gerais

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
<b>Descrição</b>	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxas de inscrição, taxas de inscrição em cursos, aquisição, de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do Policial Rodoviário Federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98, do Decreto nº 1655, da Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei nº 10.201/2001). Implementação e execução do ensino à distancia, com os insumos necessário a possibilitar a realização de cursos de formação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação a nível local	<b>Ubiratan Roberto de Paula</b>

##### 4.1.2.3.1.2. Resultados

2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federa			
	Previsto atual	Realizado	%
Físico	<b>312</b>	<b>312</b>	<b>100</b>
Financeiro	<b>48.247,16</b>	<b>46.939,52</b>	<b>97,29</b>

A capacitação profissional não só dá condições para o exercício pleno de determinadas categorias profissionais como também objetiva preparar o indivíduo para o melhor desempenho do trabalho, oferecendo a oportunidade de uma melhor adaptação ao meio em que desempenhará suas atribuições, uma vez que o Policial Rodoviário Federal deverá estar pronto, com postura, hábitos e atitudes condizentes às exigências desse universo de atuação que são as rodovias federais.

Nas atividades de capacitação profissional objetiva-se que os servidores se preparem tanto para as atividades operacionais como para as atividades auxiliares, oferecendo-lhes as possibilidades e alternativas de desempenho de suas atribuições, por meio de opções de atividades que correspondam à demanda atualizada da Instituição.

No processo de capacitação profissional é importante que se trabalhe as habilidades básicas, específicas e de gestão, ou seja, além de aprender especificamente a profissão de policial, o servidor será estimulado a exercitar suas competências individuais, sua capacidade de tomar decisões, bem como o seu processo de desenvolvimento no trabalho e fortalecimento da organização.

A 16ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, junto com a Coordenação de Ensino busca permanentemente, promover a formação humana e profissional dos servidores desta Superintendente Regional, para a atuação responsável e segura na sociedade, buscando assegurar ensino de qualidade com bases científicas, interdisciplinaridade e visão atualizada, domínio e aplicação de tecnologias educacionais, formas participativas e práticas inovadoras de ensino e aprendizagem.

Deste modo buscando implementar o *conhecimento, que é saber fazer e compreender porque fazê-lo*, desenvolvendo *habilidades, que refere-se ao saber como fazer* e buscando uma mudança de atitude dos servidores, *atitude que refere-se ao querer fazer*.

#### 4.1.2.3.2. AÇÃO: 2723 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais

##### 4.1.2.3.2.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de pessoas e veículos), Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	<b>Ubiratan Roberto de Paula</b>

##### 4.1.2.3.1.2. Resultados

2523 – Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	<b>778.931,26</b>	<b>778.779,90</b>	<b>99,98</b>

Houve no exercício de 2007 uma descentralização de recursos orçamentários nesta ação que julgamos relativamente satisfatória, pois conseguimos adquirir fardamento para todos os policiais, não foi necessária o contingenciamento de serviços de manutenção de nossas viaturas, desempenhamos sob nossa ótica, a contento nossas operações previstas no calendário do DPRF,

Assim como modernizamos nosso equipamento de recarga de cartuchos, com aquisição de uma nova para otimizar os trabalhos nesta área.

#### 4.1.2.3.3. AÇÃO: 2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal

##### 4.1.2.3.3.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local	<b>Ubiratan Roberto de Paula</b>

##### 4.1.2.3.3.2. Resultados

2523 – Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	<b>R\$ 9.459,74</b>	<b>R\$ 9.300,00</b>	<b>98,31</b>

Durante o ano de 2007 foi destinado à atividade de Inteligência desta Superintendência 9.458,74 (nove mil, quatrocentos e cinqüenta e oito reais, setenta e quatro) para atender à área finalística daquele Núcleo.

Ao todo foram executados R\$ 9.300,00 (nove mil, trezentos reais) ou seja, 98,31% do orçamento disponibilizado, deixando de ser executado na totalidade, principalmente, por falta de tempo hábil, vez que o recurso foi descentralizado muito próximo ao fechamento do prazo.

A seguir as ações desenvolvidas pelo núcleo de inteligência desta regional:

- ☛ Participação do NUIINT/16 nos meses de JAN e FEV 07 em levantamentos no município de Canindé/CE em conjunto com a PM e a PC e efetivo operacional da 16ª SRPRF( D.O.A.) na captura de um grupo de assaltantes responsável pelo assalto a um sítio de um PRF aposentado e vários homicídios de policiais militares.
- ☛ Participação de uma equipe do NUIINT/16 em conjunto com equipes do NOE e 1ª Del/16 na prisão de 02 latrocidias no Km 310 da BR 020, em FEV 07.
- ☛ Ciclo de Palestras sobre a Atividade de Inteligência realizada na Sede da 16ª SRPRF, em FEV 07.
- ☛ Participação do efetivo do NUIINT/CE no Curso Básico de Operações de Inteligência, no período de 26.03.07 a 13.04.07, com carga horária de 40h, ministrado por instrutores da área na Academia de Polícia Civil.
- ☛ Prisão de estelionatário que abordava caminhoneiros em postos de combustível ao longo da área urbana da BR 116, oferecendo-lhes falsos fretes e recebendo pagamento parcial do mesmo adiantado. Diversas denúncias de motoristas chegaram ao conhecimento do NUIINT/16, em ABR 07.
- ☛ Prisão de estelionatários que aplicavam golpe do interior do presídio Paulo Sarasate, informando às vítimas pelo telefone do recebimento de um prêmio no valor de R\$ 30.000,00 e que para recebe-lo a vítima deveria fornecer seu cartão bancário com sua senha. A vítima procurou o Posto da 1ª Del/16 e o NUIINT/16 foi acionado prendendo o estelionatário que iria receber o cartão da vítima numa agência bancária, em ABR 07.
- ☛ Participação do NUIINT/16 na prisão de 02 indivíduos que iriam receber em Fortaleza 145 Kg de maconha, após prisão de 02 mulheres pelo GOC(Grupo de Operações com Cães)/16, durante uma fiscalização no ônibus da empresa Itapemirim procedente de São Paulo no Km 250 da BR 116, em ABR 07.
- ☛ Participação da 16ª SRPRF/CE na Operação **OURO NEGRO** em conjunto com a 15ª SRPRF/RN no combate de comercialização ilícita de combustível nos Estados do RN e CE, com a prisão de 05 envolvidos no Ceará. Os NUIINT's do RN e CE realizaram trabalhos de investigação no esquema de desvio de combustível das distribuidoras, em ABR 07.
- ☛ Trabalho no período de 09 a 18 MAI 07, em conjunto com o Ministério Público Estadual – GECOC, na proteção e escolta de vítimas de violência do suposto grupo de extermínio formado por policiais civis e militares . Missão coordenada pelo NUIINT/16 com o apoio de equipe ostensiva do NOE/16.
- ☛ Auxílio nas investigações da Polícia Federal/CE por ocasião do latrocínio contra o PRF MACIEL, morto no pátio do posto de abastecimento no KM 21 da BR 222, em 19 MAI 07, após saída de serviço no Posto da PRF(PF16.1.01)/1ª Del/16ª SRPRF. O NUIINT/16 acompanha os trabalhos na tentativa de identificação do homicida em parceria, também, com os serviços de inteligência das polícias civil e militar.
- ☛ Trabalho no período de 14 a 19 JUN 07, em conjunto com a Delegacia Regional do Trabalho, com objetivo de averiguar denúncias de transportes de empregados de forma ilegal para trabalhos escravos do município de Itatira/CE com destino à São Paulo/SP.

☛ Trabalho iniciado em 29 JUN 07 de averiguação de denúncia de clone de veículo, conforme processo nº 08.653.008.236/2006-15 da JARI/16ª SRPRF, conforme requerimento do Sr. João da Mata de Sousa, proprietário do veículo MMC/L200 4x4 GLS, placa MOF.8049/PB, abordado e notificado em 31 AGO06, no Km 54 da BR 304 .

☛ Após o recebimento de informações do Nuint/PB sobre a possibilidade de dois veículos clonados aqui no Ceará com placas de João Pessoa – PB, foram feitas diversas consultas e diligências para esclarecer o assunto. Diante dessas providências, o Nuint/Ce logrou êxito em conseguir recuperar os seguintes veículos roubados em Fortaleza bem como seus respectivos receptadores, no dia 26.07.5007: Imp/ Toyota Hilux SW4 de cor vermelha ano 2006 de placas HWW-6094 – CE. O veículo estava com as placas clonadas de um veículo semelhante do estado da Paraíba (MNW-2522-PB) e o GM/Astra Sedan cor prata ano 2005 HXE-1502-CE, que havia sido roubado por dois homens armados no dia 23.09.2006 na rua Papi Junior, Bairro Rodolfo Teófilo, por volta das 21 h, nessa capital. O veículo estava com as placas clonadas de um veículo semelhante do estado da Paraíba (MMT-4672-PB). Ambas as ocorrências foram encaminhadas para a Delegacia de roubos e furtos de veículos e cargas de Fortaleza (DRFVC-PC-CE), onde foram feitos os procedimentos cabíveis, em JUL 07

#### 4.1.2.3.4. AÇÃO: 2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO SILVA DO NASCIMENTO
Responsável pela execução da ação no nível local	<b>Ubiratan Roberto de Paula</b>



#### 4.1.2.3.4.1. Resultados

2B11 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	<b>R\$ 5.185,65</b>	<b>R\$ 5.185,65</b>	<b>100,00</b>

Segundo o responsável pela área médica o recurso descentralizado para esta Superintendência Regional foi satisfatório, tanto no sentido de prover melhores condições de saúde (medicamentos e material hospitalar e ambulatorial) para os servidores da 16ª SPRF, juntamente com terceirizados e estagiários, quanto para equipar com o mínimo necessário, às viaturas desta regional que estão à disposição do SAMU.

#### 4.1.2.3.5. AÇÃO: 4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais

##### 4.1.2.3.5.1. Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local	<b>Ubiratan Roberto de Paula</b>

##### 4.1.2.3.5.1. Resultados

4526 – Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	<b>R\$ 8.584,22</b>	<b>R\$ 8.584,22</b>	<b>100,00</b>

A totalidade dos recursos anteriormente especificado foi direcionado para pagamento de diárias, visando combater com maior efetividade a incidência de crimes em rodovias federais; executamos na totalidade os recursos desta ação o que denota zelo para com a coisa pública, e conseqüente retorno para a sociedade civil.

#### 4.1.2.3.6. AÇÃO: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

##### 4.1.2.3.6.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas re
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidade executora	16ª SPRF/CE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO
Responsável pela execução da ação no nível local	<b>Ubiratan Roberto de Paula</b>

##### 4.1.2.3.6.2 Resultados

4572 – Capacitação de Serv. Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	<b>48.247,16</b>	<b>46.939,52</b>	<b>97,29</b>

O texto sobre o resultado desta ação, está contido nos comentários sobre a ação 2524, que é uma ação semelhante a da 4572.

#### 4.1.2.3.7. AÇÃO: 4641 – Publicidade de Utilidade Pública

##### 4.1.2.3.7.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	ALEXANDRE CASTILHO DE MOURA COSTA VIEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	

##### 4.1.2.3.6.2 Resultados

4641 – Publicidade de Utilidade Pública			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	<b>R\$ 7.800,00</b>	<b>R\$ 7.800,00</b>	<b>100,00</b>

Houve uma realização plenamente satisfatória nesta ação, haja visto que conseguimos 100% de execução, com confecção de material gráfico para distribuição em comandos educativos e de combate a prostituição em rodovias federais, trabalho este, que embora seja realizado diuturnamente, por vezes parece não ter fim, já que os atores (ou outros que fazem parte do exército de excluídos) sempre retornam ao leito das rodovias federais, na nossa opinião este problema ultrapassa a seara policial, adentrando no lado social da desestabilização do núcleo familiar, ausência completa de valores morais, entre outros de maior complexidade, entretanto a PRF está atenta, e dentro das possibilidades, estamos dando um retorno satisfatório à sociedade em busca de extirpar este cancro de nosso convívio.

#### 4.1.2.3.8. AÇÃO: 8545 – APOIO À REPRESSÃO QUALIFICADA

##### 4.1.2.3.6.2 Resultados

4641 – Publicidade de Utilidade Pública			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	<b>R\$ 64.921,97</b>	<b>R\$ 64.921,97</b>	<b>100,00</b>

Esta ação se refere a gastos com a operação nos jogos pan-americanos, a qual foi coroada de pleno êxito, devido ao clima de paz e segurança que se instalou em uma cidade notoriamente

problemática, como o :Rio de Janeiro, principalmente no que diz respeito à segurança, entretanto através de um gerenciamento do qual a PRF se orgulha de ter feito parte, os trabalhos tiveram um retorno excelente junto à opinião pública, fato reconhecido não só pelas autoridades, como também por toda a mídia presente ao evento.

#### **4.1.3. Programa Programa 0750 – Apoio Administrativo.**

##### 4.1.3.1 Dados Gerais

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo

##### 4.1.3.2. Principais Ações do Programa

#### **2000 Administração da Unidade**

2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores,Empregados e seus Dependentes

2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos

##### 4.1.3.3. Gestão das Ações

#### 4.1.3.3.1. Ação: 2000 – Administração da Unidade

##### 4.1.3.3.1.1. Dados Gerais:

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local ( quando for o caso)	

##### 4.1.3.3.1.2. Resultados

2000 – Administração da Unidade			
	Previsto atual	Realizado	%
Financeiro	<b>R\$ 2.843.640,54</b>	<b>R\$ 2.843.640,54</b>	<b>100,00</b>

Como se pode auferir pelo valor acima definido, esta ação se reveste da maior importância, pois é através da mesma que administramos todo tipo de contrato que mantemos nesta Regional, cabendo salientar a gestão que estamos a efetivar, com quedas substanciais nos contratos firmados, seja por abrir novo procedimento licitatório, seja por repactuar valores, ou ainda o que é mais importante, gerir contratos estimativos, como, por exemplo, o de telefonia fixa, no qual conseguimos uma diminuição substancial nos valores cobrados pela Telemar através de um controle mais efetivo das ligações realizadas nesta superintendência.

Cabendo ainda, ressaltar que após muitas dificuldades enfrentadas nos anos anteriores com aquisição de material, no exercício de 2007 podemos afirmar com convicção que conseguimos junto ao DPRF, a descentralização de recursos para cobrir se não 100% de nossas despesas, mas algo próximo a isto, com material de expediente e de informática, isto se deveu em grande parte ao esforço empreendido por esta regional em diminuir seu custos em outros campos, e com isto, poder pleitear junto ao DPRF que fosse de alguma forma realizada uma composição visando premiar

àquelas regionais que conseguiram através de choques de gestão melhorar seu desenvolvimento no que diz respeito à redução de custos.

## 5. Desempenho Operacional

**Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa;**

**Programa 0663:** visa oferecer melhores condições de segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito. Com efeito, durante o ano de 2007 foram realizadas diversas operações com o escopo de oferecer segurança aos usuários das rodovias federais, além do gerenciamento de uma fiscalização rotineira capaz de utilizar ao máximo a força laboral dos policiais. Ademais, esta Regional recebeu viaturas operacionais adquiridas diretamente pelo DPRF.

➤ **Valor descentralizado para o programa 0663:** R\$ 1.709.394,76 (um milhão, setecentos e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais, setenta e seis centavos).

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

**Programa 1386** Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas

**Programa 0750** não há indicador

**Nome, descrição e tipo do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas.**

**Programa 0663**

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito ( eficácia)

Fórmula de Cálculo:  $I_m = (N^\circ \text{ Mortos} / N^\circ \text{ Vítimas}) \times 100$  , responsável pelo cálculo: Se. PF

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais ( eficácia)

Fórmula de Cálculo:  $I_a = ((N^\circ \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^\circ \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$ , responsável pelo cálculo: Se. PF

Obs: As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

**Programa 1386:** Visa prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública. No ano de 2007, foram contratadas reformas de espaço para abrigar o canil da 16ª e a casa de força do gerador da Rede Espelho do DPRF, além da construção de um reservatório/ chafariz no posto de fiscalização de Tianguá. Ao mesmo tempo o programa contempla o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas – através do qual pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações ( TI- Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia).

➔ **Valor descentralizado para o programa 1386:** R\$ 996.663,52 (novecentos e noventa e seis mil, seiscentos e sessenta e três reais, cinquenta e dois centavos).

Fórmula de Cálculo:  $Iadq = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$ , responsável pelo cálculo : SE. PF.

**Programa 0750:** visa proporcionar apoio administrativo a todos os órgãos da administração pública federal. No exercício financeiro de 2007, foram adquiridos quase em sua totalidade, os materiais necessários ao expediente administrativo, entretanto esta medida terá impacto apenas em 2008, tendo em vista que conseguimos empenhar esta despesa somente no final do exercício de 2007.

➔ **Valor descentralizado para o programa 0750:** 2.843.640,54 (dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, seiscentos e quarenta reais, e cinquenta e quatro centavos)

⊕ Não foram estabelecidas metas financeiras para esta Regional (gerenciamento do programa executado a nível nacional pelo DPRF, conforme pág. 340 da L.O.A . de 2007)



## ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

### PROGRAMA 0663

#### METAS FÍSICAS: Redução do número de acidentes e mortes em relação à 2006

##### TAXA DE MORTALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS

Número de Mortos 2006.....160      Número de Mortos 2007.....192

Número Total de Vítimas 2006....1.811      Número Total de Vítimas 2007..... 1.842

Im 2006= ( 160/ 1.811)x100= 8,80 % Im 2007= (192/ 1.842)x100= 10,40%

Registrou-se um percentual maior em relação percentual de número de vítimas e número de mortos(no ano anterior foi registrado 8,47). Apesar deste aumento percentual foi verificada um aumento no numero de autuações e principalmente, no combate ao excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e embriaguez ao volante, vez que essas condutas levam a maior gravidade nos acidentes. Houve um acréscimo de prisões por crimes de trânsito de aproximadamente, 60,00 %, assim como houve um decréscimo de 2,8% no número de veículos fiscalizados (249.792) e significativo acréscimo nas fiscalizações eletrônicas e nas autuações, objetivando combater, principalmente, as condutas citadas anteriormente.

##### TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES NAS RODOVIAS FEDERAIS

Número de Acidentes 2006 .....2.020      Número de Acidentes 2007..... 2.267

Ia=( 2.267/ 2.020)-1= 12,23%

O percentual de aumento registrado considera números absolutos. Não leva, portanto, em consideração o aumento da frota nacional, o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, motivado pelo aquecimento da economia, bem como, não observa a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte. Com a economia aquecida e com estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam desse modal para empreender suas viagens, principalmente em épocas de férias e feriados prolongados. Ressalta-se que a maioria dos municípios brasileiros cresceram em torno da rodovia e esta se tornou um grande "avenida" por onde a população se locomove. Por isso, o maior número de acidentes registrados é de colisão traseira, os quais ocorrem nesses aglomerados urbanos.

Sobre essa possibilidade, já tinha sido lançado um alerta na avaliação do PPA 2004-2007 - Ano Base 2006, cujo texto é abaixo reproduzido:

*“Dados levantados pela PRF demonstram que 80% dos acidentes ocorrem em pistas em boas condições de trafegabilidade. Por isso, a preocupação apresentada é pertinente. Para mitigar o problema, faz-se necessário atualizar o efetivo da PRF, atualmente 10.098 vagas com 9.700 preenchidas. Faz-se necessário preencher as vagas legais existentes, bem como anualmente aumentar esse limite. Estudo preliminares da PRF demonstram que o efetivo suficiente para impactar o resultado do programa seria de 20 mil policiais.*

*Vale ressaltar que, com essa providência seria possível estabelecer meta para reduzir substancialmente o índice de acidentes e não apenas mantê-lo em patamar aceitável considerando*

*a média histórica. A redução do índice de acidente, além da preservação da maior riqueza da Nação - a vida do cidadão - possibilitaria reduzir o impacto econômico dos acidentes. O custo de acidentes em rodovias federais, segundo o estudo do IPEA, passa de 6,5 bilhões de reais por ano. O orçamento total do DPRF/MJ gira em torno de 2 bilhões. A majoração desse orçamento para próximo de 3 bilhões possibilitaria aumentar substancialmente o efetivo e melhorar o custeio e investimento do órgão.*

*Além da economia quanto aos impactos econômicos dos acidentes, seria produzido outro efeito - aumentar o combate à criminalidade organizada, que se utiliza das rodovias para escoar o produtos de suas ações criminosas. O aumento da ostensividade, conseguida com efetivo maior e em melhores condições quanto a equipamento, viaturas, etc, teria o poder de dar ao cidadão usuário das rodovias, bem como à população lideira, maior sensação de segurança. Isso significa melhor avaliação do órgão junto à opinião pública, bem como confere maior credibilidade ao Governo Federal no sentido de dar o exemplo necessário aos entes federados, quanto à preocupação com a segurança pública e com a qualidade de vida da população.”*

Embora tenha sido registrado acréscimo no número de acidentes, vale ressaltar que a média dos últimos quatro anos (2003 a 2006) de acidentes por 10.000 veículos da frota é de 27,2. Em 2007, registrou 24,79 acidentes por 10.000 veículos, perfazendo uma redução de 8,86%. Portanto, não seria razoável considerar números absolutos para avaliar o desempenho do órgão. Esse fato, motivou a mudança da metodologia de aferição para o próximo PPA (2008-2011). Entretanto, reforça-se a observação acima registrada. É necessário dotar o DPRF dos meios necessários para fazer frente as demandas que o novo cenário econômico tem apresentado.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido duro combate ao tráfico de drogas (foram apreendidas mais de 560 kg. de maconha e 46 kg de cocaína, número 3.600% superior que o registrado no ano anterior), ao contrabando/descaminho, aos crimes ambientais(apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, os crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos. A PRF, nesse exercício, mapeou os pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes, notificou todos os seus proprietários e exerce vigilância contínua.

## PROGRAMA 1386

**METAS FÍSICAS: 57,41 dos postos, considerados adequados.**

### COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

% de postos adeq. Fisicamente.....43,00 % ( ver tabela em anexo)

% de postos adeq. quanto à Tecnologia da Informação..... 0,76 % ( ver tabela em anexo)

% de postos adeq. quanto a Viaturas..... 0,60 % ( ver tabela em anexo)

$Icaif=(44,9\%+78,85\%+54,96\%)/3= 57,41\%$

O indicador informa que 59,57 % dos postos da PRF estão adequados fisicamente. Houve um pequeno aumento da melhoria dos postos em relação à 2006, onde o índice ficou em 56,12 %.

#### Comparativo 2006/2007

% de postos adeq. Fisicamente..... 46,34 % ( 2006)      43,00 % ( 2007) ---> piora

% de postos adeq. quanto à Tec. da Inf ..      85,77% (2006)      0,76 % (2007) ----> piora

% de postos adeq. quanto a Viaturas.....      70,76% ( 2006)      0,60 % ( 2007) ----> piora

Quanto aos fatores que levaram uma diminuição do sub-índice % de postos adequados fisicamente, em relação à 2006, o principal motivo foi a restrição orçamentária..

Quanto aos fatores que levaram a uma diminuição do sub-índice % de postos adequados quanto à tec. da informação, em relação à 2006, o principal motivo deve-se às restrições orçamentárias. Em 2007 originalmente na LOA 2007, houve a dotação de R\$ 1.000.000,00. , para aquisição de material permanente, na ação 1835, de modernização dos sistema de TI, em 2006, a dotação inicial desta ação, para compra de material permanente era de R\$ 4.350.000,00.

O questionário que avalia a adequação dos postos, para se calcular o coeficiente de adequação, está em fase de aprimoramento, a fim de que seja padronizado os conceitos de todos os avaliadores, sobre o que é considerado um posto adequado na PRF, pois, este critério, ainda é empírico, dependendo do ponto de vista de cada avaliador, o que pode gerar distorções no resultado geral deste coeficiente. Como exemplo, pode-se ilustrar o caso da regional do Rio Grande do Sul, que segundo o questionário, informou que 50 % dos postos não estão adequados quanto a ter a rede / internet do DPRF funcionando. Porém, segundo o gestor nacional desta ação, todos os postos desta regional possui acesso à rede do DPRF e à internet. O que pode ter acontecido é que o avaliador julgou que a rede não estava adequada nestes postos, devido à baixa velocidade do link, talvez não tenha ficado claro, o critério para avaliar o que é um posto com rede adequada, se seria considerado adequado apenas se possuísse acesso à rede, sem levar em conta fatores como velocidade, etc.,. Isto deixou margem para que o avaliador julgasse com critério próprio.

## **6. Previdência Complementar Patrocinada**

Não se aplica

## **7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal**

Não se aplica

## **8. Operações de fundos**

Não se aplica

**9. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins (conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/2007)**

Não se aplica

- **Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

Não se aplica



- **Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

Não se aplica

- **Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X)**

Não foram realizadas despesas com cartão corporativo

- **Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

### **D.1. Relatório nº: 189582 da CGU**

- **Item 1:**

CONSTATAÇÃO: Desfazimento de bens móveis da Unidade sem que os processos de doações estivessem devidamente instruídos/concluídos.

**Providências Implementadas:** Diante da demora devido os entraves burocráticos que a legislação vigente vem nos impor, emitimos ofício de nº 878/2007, em 24 de agosto deste ano, solicitando a devolução das respectivas motos ao nosso pátio, o que foi efetivamente. Providenciado. Informando ainda, que haja visto que o processo foi concluso, e que a determinação do DPRF foi pela negativa da doação, a administração oficiou à 4ª Seção/CPRV/CPI, solicitando a devolução das respectivas motos, estas já se estão devidamente incorporadas ao patrimônio da 16ª Superintendência e se encontram no pátio desta Regional. Quanto às motocicletas doadas ao Exército Brasileiro, apesar de haver sido autorizada a doação, o EB desistiu das mesmas e as devolveu, e elas também já se encontram nas dependências da 16ª SPRF/CE.

- **Item 2:**

CONSTATAÇÃO: Carência de viaturas em bom estado de conservação para a atividade de policiamento.

**Providências Implementadas:** Preliminarmente, temos a esclarecer que a competência para aquisição de viaturas a serem utilizadas na atividade de Policiamento e Fiscalização, é da Administração Central – DPRF. Em 2006 fizemos um leilão com 48 (quarenta e oito) viaturas daquelas que encontravam-se em pior estado de conservação, e recebemos 23 (vinte e três) novas viaturas, o que amenizou bastante a nossa precariedade. Em breve estaremos realizando mais um leilão que será efetuado em Recife-PE com 18 viaturas remetidas pela 16ª SPRF e que logicamente, ira acarretar novas aquisições, atendendo assim plenamente as nossas necessidades.

- **Item 3:**

CONSTATAÇÃO: Falta de segurança na guarda de veículos de terceiros.

**Providências Implementadas:** Ao tomarmos conhecimento da obra de duplicação do trecho: Viaduto do Parque Tabapuá (Caucaia) / CE 040(Euzébio), fizemos Ofício de nº 921/2007, em 4 de setembro de 2007, e em conseqüência, tivemos por intermédio do Ofício de nº 142/2007-SER-DNIT/CE, a informação de que: de acordo como projeto básico da duplicação, ira interferir na área do posto da PRF localizado na BR 020-CE Km 407, principalmente do lado esquerdo, e considerando também as dificuldades orçamentárias e financeiras que a instituição atravessa temporariamente, inviabilizando, uma reforma com a construção de um muro para melhor guardar os veículos que forem apreendidos.

- **Item 4:**

CONSTATAÇÃO: Insuficiência de equipamentos de segurança.

**Providências Implementadas:** Após novo levantamento com a localização dos mesmos e considerando que se verificou varias remoções internas nos últimos meses envolvendo nossos policiais, fizemos o devido ajuste entre as reais necessidades dos policiais em serviço específico de policiamento e fiscalização, em função dos nossos equipamentos (coletes) priorizando, logicamente, esse pessoal.

- **Item 5:**

CONSTATAÇÃO: Ausência de reposição dos valores recebidos indevidamente a título de Abono de Permanência, bem como pagamento do referido benefício por força de decisão judicial em rubrica administrativa.

**Providências Implementadas:**

O caso *sub examine* não apresenta maiores dificuldades em sua resolução. Em verdade, a dúvida suscitada tem sua solução na mera aplicação do disposto no Ofício n.º 211/2007—AGU/NAJ/CE, cujo excerto transcrevo:

**“[...] Assim, resta claro que, satisfeitas as condições para aposentadoria dos servidores policiais estabelecidas na Lei Complementar n.º 51/85, é legal a concessão do abono de permanência, desde que os servidores optem por permanecerem na atividade.” (ênfases acrescidas)**

3. Ora, a clareza meridiana do quanto grafado alhures, após longa tramitação para o deslinde do feito, aferível a partir de mera leitura das opiniões emitidas por aquela Consultoria e abaixo descritas, não deixa margem a qualquer interpretação dúbia. Ademais, o **próprio Advogado-Geral da União, Exmo. Sr. Ministro de Estado, Dr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, aprovou Despacho exarado no sentido da concessão do prefalado Abono**. E como é de ampla sábeça, os Pareceres da AGU, dêz que homologados pelo Presidente da República, ou por delegação, ao seu Advogado-Geral, **vinculam** a toda Administração Pública Federal, conforme competência originária atribuída constitucionalmente pela

CRFB/88, art. 131, *in fine*, bem assim pela LC n.º 73/93, art. 1.º, e CPC, art. 12, I.

3. Por derradeiro, imprescindível ressaltar que os pleitos merecem guarida, **agora apoiados em robusta manifestação técnico-jurídica pelo detentor originário de competência constitucional para tanto – (vide Despacho do Consultor-Geral da União n.º 699/2006, NOTA/DECOR/CGU/AGU n.º 323/2006-ACMG e Parecer MP/CONJUR/MAA n.º 1227-2.9/2006, APROVADOS, como dito acima, pelo ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO.)**. Desse modo, restou à 16.ª SR/CE, por força de atribuição regimental, dar cumprimento ao pedido, **concedendo** aos postulantes que se amoldarem à situação sob análise o Abono de Permanência, na forma prevista no SIAPE-COMUNICA n.º de 07 de janeiro 2002:

“...com o objetivo de uniformizar o entendimento no tocante a isenção do Plano de Seguridade Social de que tratam o Art. 3.º, § 1.º da Emenda Constitucional n.º 20, de 1998, e o Art. 4.º da Lei n.º 9.783, de 28 de janeiro de 1999, informo que: **A isenção da obrigação de contribuir (...) será efetivada a partir da opção pela permanência em atividade, no exercício do cargo, apresentada pelo interessado e protocolada junto à área de Recursos Humanos do órgão ou entidade** (...) as contribuições recolhidas indevidamente estarão sujeitas aos processos regulares de restituição previamente autorizados pela Secretaria da Receita Federal, para os servidores que protocolaram o requerimento de opção ao órgão **anteriormente a edição desse ofício-circular.**”

3. Assim, uma vez configurado o decurso de efetivo exercício funcional necessário para aposentação, e optando o servidor pela permanência em atividade, impõe-se-lhe o **deferimento** do pedido no que concerne à contagem do seu tempo de serviço, permanência em atividade e Isenção da Contribuição Previdenciária, **concedendo-lhe abono de permanência, com efeitos a partir da data de protocolo do pedido, tendo em vista o**

**sobrestamento do feito até a manifestação final da AGU**, observado, por óbvio, o procedimento adotado em se tratando de adimplemento de créditos decorrentes de exercícios anteriores e prescrição quinquenal, se houver.

- **Item 6:**

CONSTATAÇÃO: Morosidade na apuração dos processos de sindicâncias e administrativos disciplinares.

**Providências Implementadas:** Pleiteamos o aumento do efetivo da Corregedoria e por varias ocasiões solicitamos recursos para a conseqüente implementação dos trabalhos, entretanto, a escassez financeira e de servidores ainda perdura, visto que a liberação dos mesmos está afeta a Administração Central. Acreditamos que com a admissão de novos servidores, poderemos ainda efetivar o esperado aumento do efetivo da Corregedoria, para que possamos fazer um trabalho preventivo. Ressalte-se que, mesmo utilizando-se de limitadíssimos recursos humanos e materiais, estamos conseguindo fazer com que o efetivo operacional das Delegacias seja eventualmente disponibilizado para a condução de processos disciplinares, de modo a darmos conta tanto das demandas atuais quanto da demanda reprimida.

- **Item 7:**

CONSTATAÇÃO: Execução a menor que o previsto no projeto básico, da obra da pista de Atletismo.

**Providências Implementadas:** No projeto original a pista de atletismo tinha aproximadamente, 350 (trezentos e cinquenta) m. de extensão em sua raia central, era encostado nas paredes, circulando todo perímetro da área de ampliação do Centro de Treinamento do Nordeste. A dimensão final da pista ficou em 235 (duzentos e trinta e cinco) m. devido a fatores que apareceram no decorrer da execução da obra. Devido a grande quantidade de árvores existentes, decidiu-se aproveitá-las e não derrubá-las, assim a pista de atletismo tomou outro formato, desviando-se entre os obstáculos (árvores). No projeto inicial a pista passava junto aos fundos do CTN, pista leste, essa grande alteração deveu-se às árvores para que estas não fossem derrubadas. Na pista sul, no projeto original ela encostava-se à parede. Depois de analisado mais detidamente, o muro existente verificou-se que estas (paredes) apresentavam inúmeras falhas e poderiam cair, existindo ainda, vários arbustos nesta fase. Na pista oeste existem depósitos pertencentes ao DNIT, com portas voltadas para o campo e alguns veículos pertencentes ao órgão que estão em patrimônio, devendo ser futuramente leiloados. O DNIT solicitou que fosse deixada uma faixa para que eles circulassem e fossem num futuro próximo removidos. Na pista norte ficou uma circulação de serviço, bem como a edificação que ia ser demolida foi preservada para guardar o motor e outros equipamentos de manutenção do campo de futebol. Concluimos informando que o aditivo não foi providenciado em virtude do serviço não ser de natureza continuada, bem como está próximo o prazo para realização da ultima medição, isto ao ser realizado, a Regional providenciará o estorno do saldo empenhado àquela empresa, o que caracterizará a efetiva diminuição no valor inicialmente contratado, com conseqüente economia para os cofres da união e para o meio ambiente (preservação de arvores centenárias).

- **Item 8:**

CONSTATAÇÃO: Conta Contábil com saldo pendente de regularização.

**Providências Implementadas:** Nenhuma providência a ser implementada, tendo em vista que a **regularização do saldo** da cota 1.1.2.1.6.14.00 **ocorreu** em **08/jan/2007**, através da nota de lançamento nº **2007NL000001**.

**D.2.** Ofício nº 1717/2007 – Diligencia de Acompanhamento TCU

Em anexo

**Providências Implementadas:** Foi expedido ofício nº 1145/2007 (segue anexo) com os esclarecimentos pertinentes ao caso em tela.

- **Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)**

Não se aplica



- **Anexo F – Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício (item 11 do Anexo II da DN-TCU-85/2007)**

<b>ATOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>REGISTRADOS NO SISAC Quantidade</b>
Admissão	-	-
Desligamento	-	-
Aposentadoria	08	*
Pensão	07	*

\* Obs.: Os processos de aposentadorias e Pensões são lançados no sistema SISAC/TCU pelo DPRF. Não é possível o acesso ao referido sistema, nesta Unidade devido o nível da senha ser somente para alimentação de dados.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
**16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
Rodovia BR 116 – Km 06. Cajazeiras  
60864-190 – Fortaleza /CE  
Fone: (0XX)85 3295.3022

## **ROL DE RESPONSÁVEIS:**

Vide **Anexos** a seguir.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
**16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
Rodovia BR 116 – Km 06. Cajazeiras  
60864-190 – Fortaleza /CE  
Fone: (0XX)85 3295.3022

## INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Vide **Anexo** a seguir.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
**16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
Rodovia BR 116 – Km 06. Cajazeiras  
60864-190 – Fortaleza /CE  
Fone: (0XX)85 3295.3022

# DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL

Vide **Anexo** a seguir.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
**16ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
Rodovia BR 116 – Km 06. Cajazeiras  
60864-190 – Fortaleza /CE  
Fone: (0XX)85 3295.3022

# RELATÓRIOS DE CORREIÇÃO

Vide **Anexos** a seguir.